



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira –

Nº 244

12/02/10 a 18/02/10

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestres em Relações Internacionais (Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP): André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento;

Mestrando em História (UNESP, Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP);

Graduada em Relações Internacionais: Adriana Suzart de Pádua;

Graduandos em Relações Internacionais: Bruna Hunger Ribeiro (bolsista CNPq), Celeste de Arantes Lazzerini (Bolsista PAE-Santander), Felipe Garcia Moreira, Fernanda Nascimento Marcondes Machado, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida (bolsista CNPq);

Estagiários: Analice Pinto Braga, Beatriz Flório Pereira, Camila Cristina Ribeiro Luis, Raphael Camargo Lima, Sarah Machado.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Amorim afirmou que há possibilidade de negociação em subsídio a algodão

No dia 11 de fevereiro, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que o Brasil ainda acredita na possibilidade de novas negociações para solucionar o contencioso do algodão junto aos Estados Unidos. A afirmação foi feita após ser editada a Medida Provisória que estabeleceu os procedimentos que poderão ser adotados para retaliar os Estados Unidos na área de propriedade intelectual. As sanções, já autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) há sete anos devido ao subsídio estadunidense ao algodão, poderão ir desde um bloqueio temporário de remessa de royalties até a quebra de patentes. Celso Amorim afirmou ainda que, apesar do Brasil não ser favorável ao uso de retaliações, o país "não pode se curvar" simplesmente porque os EUA são um país forte (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/02/2010; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/02/2010).

Amorim criticou avanço iraniano

No dia 11 de fevereiro, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que a atitude iraniana de enriquecimento de urânio a 80%, nível próximo ao necessário para a fabricação de armas, é uma violação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). A declaração do chanceler foi feita ao final do encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt. Amorim também ressaltou a necessidade de insistir no diálogo com o Irã em prol de uma solução pacífica, antes de sanções serem aplicadas. Além disso, o chanceler brasileiro sugeriu que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) convoque os negociadores iranianos para dar explicações sobre as recentes declarações de enriquecimento de urânio feitas pelo presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad (Folha de S. Paulo – Mundo – 12/02/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/02/2010).

Amorim e ministro sueco reuniram-se em Brasília

No dia 11 de fevereiro, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, recebeu o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt em Brasília. Em uma reunião rápida com Amorim e o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, Bildt reforçou a proposta de seu país na concorrência FX-2 da Força Aérea Brasileira (FAB). Mas, segundo Amorim, o colega sueco não apresentou novas ofertas à proposta para a compra do caça Gripen NG (Correio Braziliense – Mundo – 12/02/2010).



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil pretende prolongar presença de militares no Haiti por mais 5 anos

O comandante das forças brasileiras no Haiti, coronel Ajax Porto Pinheiro, afirmou, no dia 12 de fevereiro, que o Brasil deve prolongar a presença de suas tropas no país caribenho por cinco anos, reforçando um plano já antecipado pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Um dos motivos para a extensão do mandato é a fuga de pelo menos 5 mil detentos que estavam em prisões haitianas destruídas pelo terremoto de 12 de janeiro. Os militares temem que uma retirada precoce faça o Haiti regredir aos níveis de insegurança do início da missão de paz, em abril de 2004, quando gangues armadas dominavam bairros da capital, Porto Príncipe. No dia 14 de fevereiro, tropas brasileiras da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) identificaram indícios da ação de gangues armadas na favela de Cité Soleil e planejam ações para prender criminosos. Neste mesmo dia embarcaram 130 soldados do primeiro escalão para o Haiti e no dia 15 embarcaram mais 130 militares para reforçar o contingente da MINUSTAH (Correio Braziliense – Mundo – 16/02/2010; Folha de S. Paulo – Internacional – 14/02/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/02/2010).

Amorim e Piñera discutiram cooperação

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reuniu-se com presidente eleito do Chile, Sebastián Piñera, em Santiago no dia 12 de fevereiro. Segundo Amorim, no encontro foram tratadas questões sobre a integração sul-americana e a cooperação bilateral (O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/02/2010).

Brasil e China reafirmaram posição contrária a novas sanções ao Irã

No dia 12 de fevereiro, Brasil e China reafirmaram a posição contrária à aplicação de sanções adicionais ao Irã e concluíram que ainda há espaço para a continuidade de negociações diplomáticas sobre o programa nuclear iraniano. O assunto foi discutido em Pequim durante reunião entre o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, e o ministro de Relações Exteriores da China, Yang Jiechi. Patriota ressaltou ainda a posição comum de Brasília e Pequim em defesa dos princípios do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), pelo qual o Irã pode desenvolver seu programa para fins pacíficos (O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/02/2010).



Observatório de Política Exterior do Brasil

Amorim reuniu-se com representantes da UE

Ao final da reunião ministerial entre Brasil e União Europeia (UE) na Espanha no dia 15 de fevereiro, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que é possível concluir um acordo de livre comércio entre MERCOSUL e UE, embora não definitivo. Segundo Amorim, o acordo ocorreria na ocasião da VI Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia, em 18 de maio, na cidade de Madri (Correio Braziliense – Mundo – 15/02/2010; Correio Braziliense – Mundo – 16/02/2010; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/02/2010; O Estado de S. Paulo – Especial – 14/02/2010; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/02/2010).

Amorim defendeu retorno de Zelaya à política

No dia 15 de fevereiro, durante encontro com representantes da União Europeia em Madri, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que o mais importante no processo de reconciliação com Honduras é criar condições para que o ex-presidente Manuel Zelaya possa retornar ao país e à vida política. Diante da indefinição sobre o reconhecimento do governo do presidente eleito, Porfirio Lobo, Amorim manteve a posição de que o Brasil reconhece Estados e não governos e que o governo brasileiro nunca rompeu relações com o país. A representação brasileira em Tegucigalpa, no entanto, segue sem embaixador por tempo indeterminado (Correio Braziliense – Mundo – 16/02/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 16/02/2010).

Brasil defendeu Direitos Humanos no Irã em discurso na ONU

Em discurso proferido durante a revisão do Irã no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 15 de fevereiro, em Genebra, na Suíça, a embaixadora brasileira, Maria Nazareth Farani Azevedo, afirmou que o Brasil está preocupado com a situação dos Direitos Humanos no país. A diplomacia brasileira alertou o governo iraniano sobre violações cometidas pelo regime e encorajou-o a manter diálogo com grupos políticos e sociais diferentes. O Brasil também defendeu os direitos da minoria religiosa bahá'í, o fim da pena de morte e a proteção dos direitos de jornalistas e ativistas. Além disso, Azevedo pediu que o Irã permitisse a entrada no país de relatores da ONU, mas não propôs qualquer tipo de investigação, como defenderam os governos europeus. No final, o Brasil declarou que apenas o multilateralismo e o diálogo são os caminhos a serem tomados para a solução da crise nuclear iraniana. O Irã, contudo, não acatou a proposta de receber relatores especiais da ONU, apesar da insistência brasileira (Correio Braziliense – Mundo – 16/02/2010; Correio Braziliense – Mundo – 18/02/2010; Folha de S. Paulo – Mundo – 15/02/2010; Folha de S. Paulo – 16/02/2010; Folha de S. Paulo – Mundo – 17/02/2010; Folha de S. Paulo – Mundo –



Observatório de Política Exterior do Brasil

18/02/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/02/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 16/12/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 18/02/2010).

Brasil pediu na OMC fim da exportação de açúcar subsidiado da UE

O Brasil e outros países exportadores de açúcar reuniram-se no dia 18 de fevereiro na Organização Mundial de Comércio (OMC), em Genebra, para pressionar pela retirada das exportações extra-cota de açúcar subsidiado da Europa. O Brasil alega ilegalidade da União Europeia (UE), que autorizou exportações adicionais de açúcar devido a condições excepcionais de mercado. A denúncia, por enquanto, trata-se apenas de um alerta político, indicando a UE que, se a atual prática não for revista, o governo brasileiro entrará com uma queixa jurídica (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/02/2010; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/02/2010).

Brasil foi aceito para ajudar em resgate de reféns das FARC

O apoio logístico oferecido pelo Brasil à operação de resgate do sargento Pablo Emilio Moncayo, do soldado Josué Daniel Calvo e do corpo do capitão Julián Guevara, morto em cativo, foi aceito pelo governo colombiano e pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O anúncio foi feito no dia 17 de fevereiro pela Igreja Católica colombiana. O Itamaraty destacou a disposição do governo brasileiro em atuar junto à Colômbia em ações de natureza humanitária, tal como em janeiro de 2009, a partir de entendimento prévio (Correio Braziliense – Mundo – 18/02/2010; O Estado de S. Paulo – Internacional – 18/02/2010).